



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de serviço especializado de monitoramento de notícias (*clipping*), abrangendo mídias impressas, digitais (*online*), rádio, televisão e redes sociais, com curadoria humana das informações, de interesse do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, conforme especificações descritas no presente Termo de Referência.

1.1.1. Código SIASG: 10219.

1.2. Da adjudicação: A adjudicação será GLOBAL.

1.3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SERVIÇO:

1.3.1. O serviço consiste no monitoramento (*clipping*) diário, ininterrupto e sistemático de matérias de interesse da Justiça Eleitoral (por meio de palavras-chave), abrangendo os seguintes universos midiáticos, conforme Anexo II.

1.3.1.1. Mídia Impressa: Coleta dos principais jornais e revistas de circulação nacional e do Estado do Paraná. O conteúdo deve ser disponibilizado em formato digital (PDF ou JPEG).

1.3.1.2. Mídia Online: Acompanhamento de portais de notícias, sites especializados, blogs e colunas políticas de relevância nacional e estadual (Paraná), com fornecimento do link direto para a matéria original.

1.3.1.3. Rádio e TV: Monitoramento das principais emissoras de rádio e TV com cobertura no estado do Paraná e emissoras de alcance nacional, com identificação das menções por palavra-chave e contexto, disponibilizando os trechos em formato de áudio (MP3) e vídeo (MP4).

1.3.1.4. **Mídias Sociais:** Monitoramento de menções em perfis abertos e páginas públicas nas principais plataformas (incluindo, no mínimo, *X/Twitter*, *Facebook*, *Instagram*, *Youtube* e *TikTok*), buscando por palavras-chave e *hashtags* definidas.

1.3.2. **Curadoria Humana e Análise de Conteúdo:** o serviço deverá contar com refinamento técnico por equipe especializada da Contratada, realizando:

1.3.2.1. **Filtragem de Ruídos:** Eliminação de menções irrelevantes ou homônimos que não digam respeito à instituição.

1.3.2.2. Elaboração de relatórios que devem organizar as menções por ordem cronológica de veiculação e classificar as menções em "Positiva", "Negativa" ou "Neutra".

1.3.2.3. **Análise de Tendências:** Identificação de assuntos recorrentes e temas que possam indicar o início de uma crise de imagem ou desinformação.

1.3.3. **Entregas e Prazos**

1.3.3.1. **Abrangência:** Monitoramento 24h de palavras-chave definidas pela Secretaria de Comunicação e Multimídia (SECOM) em veículos locais, regionais e nacionais.

1.3.3.2. **Boletim Diário (Newsletter):** Envio por e-mail de um relatório compilado organizado das notícias do dia, impreterivelmente até as **9h da manhã** em dias úteis.

- a) O relatório deve conter a síntese das matérias, programa, horário e emissora;
- b) O período de monitoramento do relatório deve ser das 9h da véspera às 9h do dia atual.
- c) O clipping deve ser enviado para os e-mails: secom@tre-pr.jus.br e sejor@tre-pr.jus.br.
- d) **Jornais, revistas, além de sites e blogs na internet:** as imagens e notícias, em sua formatação original, devem ser enviadas em um único arquivo em PDF com alta resolução. No material deve constar cabeçalho contendo o nome do

veículo, página e coluna onde foi veiculado. O material clipado de periódicos impressos e portais eletrônicos deverá ser entregue em formato PDF, primando pela nitidez para possibilitar a leitura e reprodução sem restrições, contendo obrigatoriamente o link direto, a data da publicação, o veículo e a editora.

- e) **TV e Rádio:** sinopse das notícias citando a fonte, horário e o canal/emissora. Trechos de áudio e vídeo com *decupagem* (resumo do conteúdo).

1.3.3.3. A contratada deverá disponibilizar, mediante demanda da contratante, acesso via link em nuvem ao conteúdo integral (clipping impresso ou televisivo) de matérias específicas. O prazo para o cumprimento da solicitação será de, no máximo, 2 (duas) horas, contadas a partir do recebimento da requisição.

1.3.3.4. **Plantão e Finais de Semana:** No período eleitoral, compreendido entre os dias 20 de julho e 19 de dezembro dos anos pares, o monitoramento e o envio do boletim devem ocorrer diariamente (incluindo sábados, domingos e feriados). Nos demais períodos, o conteúdo dos finais de semana será consolidado no primeiro dia útil seguinte.

1.3.3.5. **Alertas de Crise:** Notícias de "caráter urgente" ou de "crise institucional" devem ser notificadas ao Contratante, via e-mail ou aplicativo de mensagem em até **30 minutos** após a veiculação, sem prejuízo do boletim das 9h.

1.3.3.5.1. São consideradas notícias de caráter urgente ou de crise institucional: ataque direto e inverídico à instituição (ou seus representantes), ao processo eleitoral e à democracia.

1.3.4. **Requisitos Técnicos:**

1.3.4.1. **Plataforma de Acesso e Consulta:** disponibilizar o conteúdo monitorado por meio de uma plataforma online acessível via navegador web, que permita busca por data, veículo, palavra-chave e outros filtros pertinentes.

1.3.4.2. **Boletim Diário e Periodicidade:** enviar um boletim diário compilado (newsletter) por e-mail para lista de destinatários definida pelo TRE-PR,

contendo as notícias do dia, preferencialmente até as 9h da manhã nos dias úteis. No período eleitoral, o serviço deve ser prestado todos os dias, inclusive sábados, domingos e feriados.

1.3.4.3. **Relatórios Analíticos:** elaborar relatórios quantitativos e qualitativos sobre as menções monitoradas.

1.3.4.4. A plataforma online deve ser acessível por navegadores web modernos, sem necessidade de instalação de software específico no computador do usuário.

1.3.4.5. Os formatos dos arquivos entregues devem ser compatíveis com softwares comuns de mercado (PDF, JPEG, MP3, MP4).

1.3.4.6. A qualidade do áudio e vídeo das matérias de Rádio e TV deve ser suficiente para a clara compreensão do conteúdo integral veiculado.

1.3.4.7. Deverá ser detalhada a abrangência exata (mailing de veículos e perfis) do monitoramento de cada tipo de mídia, conforme Anexo II.

1.3.5. **Requisitos de Qualidade e Desempenho:**

1.3.5.1. Elevado índice de precisão na captura das menções relevantes, minimizando ruídos (menções incorretas) e falhas (menções relevantes não capturadas).

1.3.5.2. Cumprimento rigoroso do prazo de envio do boletim diário.

1.3.5.3. Alta disponibilidade da plataforma online.

1.3.5.4. Prestação de suporte técnico, das 9h às 18h, para esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas relacionados ao serviço.

1.3.6. **Requisitos de Sustentabilidade:**

1.3.6.1. A prestação do serviço deve ser realizada por meios digitais para entrega de relatórios e comunicados, minimizando a necessidade de impressão.

1.3.6.2. Deverá ser observado o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, no que couber para serviços de tecnologia e tratamento de informação.

1.3.7. Requisitos Legais

1.3.7.1. A contratada deve declarar possuir (ou comprometer-se a obter, se aplicável) as licenças necessárias para o monitoramento e eventual reprodução de conteúdo protegido por direitos autorais, isentando o TRE-PR de qualquer ônus decorrente.

1.3.7.2. A contratada deve garantir a conformidade de suas operações com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), especialmente no tratamento de informações coletadas em mídias sociais.

1.4. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, nos termos do art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021.

1.5. **Natureza do Objeto:** Contratação de Serviço sem dedicação exclusiva de mão de obra.

1.6. **Enquadramento da contratação para fins de vigência:** O serviço objeto desta contratação é caracterizado como contínuo, visto que atenderá à necessidade permanente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

1.7. **Prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação:** O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.8. **Do local e horário de entrega:** As notícias objeto deste contrato deverão ser transmitidas diariamente à SECOM via e-mail (secom@tre-pr.jus.br e sejor@tre-pr.jus.br) e *whatsapp* (item 1.3.3.4.), sem prejuízo de sua disponibilização simultânea pela plataforma disponibilizada pela CONTRATADA, com acesso garantido ao CONTRATANTE. Quaisquer esclarecimentos técnicos deverão ser dirimidos junto à Seção de Jornalismo, por intermédio do telefone (41) 3330-8944 ou e-mail sejor@tre-pr.jus.br.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA)

2.1. A Secretaria de Comunicação e Multimídia (SECOM) do TRE-PR identificou a necessidade premente da contratação de um serviço especializado de clipping (monitoramento de

notícias). Atualmente, o órgão não dispõe de um sistema automatizado para acompanhar as menções à instituição e ao processo eleitoral do Paraná veiculadas nos diversos meios de comunicação (impresso, rádio, TV, *on-line* e redes sociais).

- 2.2.** Esse monitoramento manual é ineficiente e consome tempo considerável da equipe técnica. Embora haja a previsão de um posto específico de jornalismo para auxiliar os servidores da Seção, a partir de abril de 2026, a alta demanda operacional do setor impede que tal profissional se dedique exclusivamente ao clipping. A título de exemplo, o volume anual de trabalho da Seção de Jornalismo abrange cerca de 1.200 publicações na Intranet e 900 publicações no site oficial do TRE-PR, além do suporte textual constante a outros setores, como o de Audiovisual e a Seção de Mídias Sociais.
- 2.3.** Somam-se a essas atividades o atendimento direto a demandas de jornalistas externos, a cobertura presencial de eventos e o acompanhamento técnico de transmissões ao vivo no *YouTube*. Portanto, a absorção do monitoramento de mídia de forma manual comprometeria a qualidade dessas entregas estratégicas.
- 2.4.** Ressalte-se que a necessidade de contratação de serviços de clipping deve ser suprida de forma contínua, abrangendo tanto os anos eleitorais quanto os não eleitorais. A manutenção do monitoramento de mídia nos anos de normalidade institucional é indispensável para o acompanhamento célere de demandas processuais e citações jurídicas que tramitam em diários oficiais e veículos de imprensa, permitindo que a administração cumpra prazos e responda prontamente a questionamentos externos. Essa continuidade justifica-se, ainda, pelo fato de que os julgamentos da Corte ocorrem de forma regular e ininterrupta, para além do calendário eleitoral, e pela premissa de que a imagem institucional pode sofrer ataques ou crises de desinformação a qualquer tempo. A ausência desse serviço fora do período de pleito gera um hiato de informação que fragiliza a defesa dos interesses do órgão e compromete a transparência ativa perante a sociedade. Além disso, a prestação do serviço em ano não eleitoral também é necessária considerando que a comprovação de realização de ações e campanhas é requisito para premiações do CNJ e do TSE.
- 2.5.** Portanto, a contratação do serviço de clipping visa solucionar a carência de um monitoramento sistemático e profissional das mídias, permitindo que a força de trabalho da Seção de Jornalismo foque em suas atribuições finalísticas e garantindo que a SECOM tenha as informações necessárias para gerir a comunicação institucional de forma estratégica e proteger a imagem do Tribunal.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO

- 3.1.** A solução consiste na contratação de um serviço gerenciado de inteligência e monitoramento multimídia, que integra tecnologia avançada e curadoria humana especializada para a coleta, refinamento técnico, análise e disponibilização de menções ao TRE-PR. A solução abrange todo o espectro midiático (on-line, impresso, rádio, TV e redes sociais), garantindo suporte especializado e relatórios analíticos sem limitação de volume, visando reduzir a carga operacional interna e assegurar a precisão das informações em períodos de alta demanda, como os anos eleitorais.
- 3.2.** O serviço incluirá o acesso contínuo a uma plataforma online para consulta e análise do material coletado, bem como o envio diário de um boletim compilado para os destinatários indicados pelo TRE-PR.
- 3.3. Prazo de Entrega/Disponibilização:** O boletim diário deverá ser entregue via e-mail até às 9h dos dias úteis. A plataforma online deverá estar disponível continuamente (24 horas por dia, 7 (sete) dias por semana), ressalvadas manutenções programadas informadas com antecedência.
- 3.4. Local de Entrega/Prestação:** A entrega dos boletins será por meio eletrônico (e-mail e plataforma). O acesso à plataforma será via web. A prestação do serviço ocorrerá remotamente, nas instalações da contratada.
- 3.5. Infraestrutura e Pessoal:** A contratação não demanda adaptações significativas na infraestrutura física ou tecnológica do TRE-PR, apenas acesso à internet e e-mail pelos usuários designados. Não há necessidade de estrutura de pessoal dedicada no TRE-PR para operar a solução, mas sim para receber, analisar e utilizar as informações fornecidas pelo serviço.
- 3.6. Início da Prestação:** O serviço deverá ser iniciado em até 7 (sete) dias úteis após a assinatura do contrato, mediante configuração inicial da plataforma com os termos de busca e lista de e-mails fornecidos pelo TRE-PR.
- 3.7. Das obrigações da contratada:**
- 3.7.1.** Os serviços deverão ser prestados de acordo com as condições do presente Termo de Referência, aplicando-se, ainda, as normas do Código de Defesa do Consumidor, devendo a contratada satisfazer todas as exigências, condições de habilitação e

requisitos estabelecidos até o adimplemento total da contratação.

- 3.7.2. A contratada deverá utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 3.7.3. Para a execução dos serviços e o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, a contratada deverá utilizar equipe qualificada, ferramentas de automação na qualidade e quantidade mínimas necessárias.
- 3.7.4. A contratada deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 14, 17 e 20 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 3.7.5. A contratada deverá corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, em até 24 (vinte e quatro) horas da notificação pelo Fiscal, os serviços que não atendam o padrão de qualidade exigido ou nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou das ferramentas tecnológicas empregadas.
- 3.7.6. A contratada deverá prestar os serviços em conformidade com o estabelecido neste Termo de Referência, livres de quaisquer ônus como encargos sociais, despesas de fretes, mão de obra, benefícios e despesas indiretas, tributos ou quaisquer outras incidências.
- 3.7.7. Todos os custos de transporte para atendimento do serviço contratado correrão por conta exclusiva da Contratada, sem ônus adicional para o contratante.
- 3.7.8. É de exclusiva responsabilidade da contratada as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias e fiscais perante seus empregados, não sendo admitida sob qualquer hipótese a existência de relação de emprego com o contratante.
- 3.7.9. A contratada deverá responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados ou representantes legais durante a execução dos serviços ora contratados. A fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato por parte do contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada.

- 3.7.10. Responder, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes aos serviços, que eventualmente venham a ser solicitados pelo contratante.
- 3.7.11. A contratada deverá comunicar ao contratante quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços;
- 3.7.12. A contratada deverá manter atualizados seus endereços de e-mail e telefone junto à Gestão da Contratação.
- 3.7.13. **DA PROPRIEDADE INTELECTUAL:** A CONTRATADA deverá possuir as licenças necessárias e o recolhimento de direitos autorais junto aos órgãos competentes (como ECAD ou associações de jornais), eximindo a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade por violação de direitos de propriedade intelectual.

3.7.13.1. A CONTRATADA deverá apresentar, sempre que solicitado pela Fiscalização do Contrato, a prova de regularidade junto às entidades de proteção aos direitos autorais pertinentes à atividade de clipping.

3.8. Das obrigações do contratante:

- 3.8.1. Permitir acesso dos empregados da contratada às dependências do TRE/Fórum para a execução do contrato.
- 3.8.2. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da licitante vencedora.
- 3.8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no presente Termo de Referência e seus anexos.
- 3.8.4. Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes no presente Termo de Referência e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 3.8.5. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço fornecido, para que seja reparado ou corrigido.
- 3.8.6. Solicitar o refazimento dos serviços que não atenderem às especificações do objeto.

- 3.8.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através da comissão/servidor especialmente designado.
- 3.8.8. Efetuar o pagamento à Contratada, na forma convencionada.
- 3.8.9. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

3.9. Das obrigações do CONTRATANTE e do CONTRATADO:

- 3.9.1. Em atenção aos direitos fundamentais e à dignidade da pessoa humana, as partes declaram-se cientes e comprometem-se a cumprir rigorosamente a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação disposta na Resolução 351/2020 do Conselho Nacional de Justiça, a qual estabelece:

- 3.9.1.1. Qualquer conduta que configure assédio moral, assédio sexual ou discriminação, conforme definido na referida Política, será considerada grave infração e sujeitará o infrator às medidas cabíveis, previstas na própria Política e na legislação aplicável.

- 3.9.1.2. A contratada deve observar a regra de não retaliação de agentes públicos e empregados(as) em razão da apresentação de denúncias, conforme disposto no artigo 10º da Resolução TRE-PR nº 946/2025.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Subcontratação:** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.2. Participação de Pessoa Física:** Não será admitida a participação de pessoa física, vez que a execução do objeto exige capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar (art. 4º, parágrafo único da IN SEGES/ME nº 116, de 2021).

- 4.3. Participação de Consórcio:** não será permitida a participação de consórcio, conforme art. 8º da Portaria DG TRE-PR 591/2022.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E PAGAMENTO

- 5.1. Condições de entrega:** o prazo para a execução dos serviços são os constantes do item 1.3.3
- 5.2. Garantia, manutenção e assistência técnica:** O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei 8078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 5.3.** A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.
- 5.4. Da garantia de execução contratual:** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.5. Do recebimento provisório:** os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 01 (um) dia útil, pelo Fiscal da Contratação, após o último dia do mês, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 5.6. Do recebimento definitivo:** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento provisório pelo Gestor da Contratação, após verificadas as exigências contratuais e especificações constantes neste Termo de Referência.
- 5.7. Dos serviços rejeitados:** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência devendo ser refeitos no prazo de 01 (um) dia útil, a contar da notificação da contratada, à sua custa, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.8. Forma de pagamento:** O pagamento será efetuado mensalmente, após a prestação do serviço e recebimento definitivo.
- 5.9.** A contratada deverá encaminhar a nota fiscal para o e-mail: sejor@tre-pr.jus.br

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidores formalmente designados para tal fim, ou, na falta destes, pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).
- 6.6. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal/gestor emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.7. O fiscal/gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.8. O fiscal/gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

- 6.9.** O fiscal/gestor do contrato comunicará à Secretaria de Administração, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- 6.10.** O gestor da contratação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados do fim de vigência do instrumento contratual (contrato ou substitutivo), deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.10.1. O relatório final deverá ser anexado no processo da contratação e encaminhado para a Coordenadoria e Secretaria demandantes para ciência e eventuais providências necessárias.

7. DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 7.1.** A CONTRATADA declara ter ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais a que venha ter acesso no cumprimento das obrigações contratuais;
- 7.2.** As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018, na Resolução TSE nº 23.644/2021 (Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral), na Resolução TSE nº 23.650/2021 (Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no âmbito da Justiça Eleitoral), no que couber, bem como observar as normas e diretrizes relacionadas à Segurança da Informação e Comunicações, em especial a ISO 27.001 e ISO 27.701, assim como a todos os normativos internos da CONTRATANTE relacionadas à segurança da informação e à proteção de dados pessoais;
- 7.3.** A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados e colaboradores que atuarão na prestação dos serviços objeto deste contrato, acerca das obrigações e condições acordadas e dos atos normativos referidos na cláusula anterior;
- 7.4.** A CONTRATADA deverá informar, na assinatura do contrato, os dados referentes ao seu encarregado de proteção de dados (Lei nº 13.709/2018 – artigo 41), como nome, endereço eletrônico e telefones de contato;
- 7.5.** O Encarregado da CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado do CONTRATANTE sempre que necessário para a formalização de demandas ou o

esclarecimento de dúvidas;

- 7.6.** O critério do Encarregado de Dados do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD);
- 7.7.** É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução deste contrato com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;
- 7.8.** Na hipótese de se verificar que o cumprimento deste contrato dependa da transferência, compartilhamento e/ou recebimento de dados pessoais, a CONTRATADA se compromete a informar ao CONTRATANTE, por escrito, com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias úteis, para que este autorize expressa, formal e previamente a referida prática;
- 7.9.** Sem prejuízo do disposto acima, caso o CONTRATANTE autorize a subcontratação de determinados serviços a favor de terceiros que impliquem no fornecimento de dados pessoais referidos nesta cláusula, a CONTRATADA se compromete a celebrar, antes da subcontratação, um acordo de confidencialidade dos dados com a subcontratada, bem como a estender contratualmente a ela todas as suas obrigações relativas ao tratamento de dados pessoais previstas neste contrato;
- 7.10.** As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;
- 7.11.** Todos os colaboradores da CONTRATADA que vierem a ter acesso à rede de computadores do CONTRATANTE, a sistemas da Justiça Eleitoral ou a documentos físicos que contenham dados pessoais para a execução de suas atividades deverão assinar um Termo de Sigilo e Responsabilidade (anexo IV), o qual deverá ser entregue ao fiscal do contrato antes do início da prestação de serviço de cada colaborador;
- 7.12.** A CONTRATADA se compromete a isentar o CONTRATANTE de qualquer demanda administrativa, judicial ou extrajudicial relacionada ao descumprimento das suas obrigações no que se refere ao tratamento de dados pessoais, previstas neste Contrato e na Lei nº 13.709/2018;
- 7.13.** De acordo Com o art. 42 da LGPD, as partes responderão solidariamente, em caso de

causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância ao que a Lei estabelece, e aquele que reparar o dano ao titular terá o direito de regresso contra os demais responsáveis;

7.14. O CONTRATANTE tem direito ao acesso às informações sobre o tratamento de seus dados, que serão disponibilizadas de forma clara, adequada e ostensiva, mediante solicitação;

7.15. Em caso de exposição/vazamento de dados ou qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais as partes deverão adotar os seguintes procedimentos:

7.15.1. Na hipótese de verificação por parte do CONTRATANTE, este obriga-se a comunicar o fato imediatamente à CONTRATADA, para que tome as providências cabíveis e necessárias no prazo máximo de 2 (dois) dias;

7.15.2. Na hipótese de verificação por parte da CONTRATADA, esta obriga-se a cientificar o CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas e a adotar as providências cabíveis e necessárias no prazo máximo de 2 (dois) dias;

7.16. Em ambos os casos, a CONTRATADA deverá comunicar documentadamente ao CONTRATANTE as providências adotadas, a extensão dos eventuais danos e todas as informações relevantes sobre o incidente.

7.17. Uma vez terminado este contrato, a CONTRATADA obriga-se, expressamente, a excluir todo e qualquer dado pessoal tratado para a finalidade de sua execução, inclusive backups e arquivos externos, isentando o CONTRATANTE de responsabilidade por qualquer dano e prejuízo, direto ou indireto, advindos de tratamento de dados pessoais perpetrados após o término.

7.17.1. Caso exista legislação específica que preveja o armazenamento dos dados em tempo superior ao deste contrato, a contratada deve cientificar a contratante antes de fazer qualquer exclusão, mantendo os dados armazenados pelo período legal requerido.

7.18. A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e dos demais normativos mencionados neste contrato, caracteriza falta grave e enseja MULTA DE 10% do valor total do contrato.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 8.1.** Dúvidas poderão ser sanadas com a Seção de Jornalismo, por meio do telefone (41) 3330-8944 ou e-mail sejor@tre-pr.jus.br.